

## 7 – Uma hiperultramegamaximetacontingência como unidade conceitual

algo sobre Laplace, Mach e Ockham

Kester Carrara

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARRARA, K. Uma hiperultramegamaximetacontingência como unidade conceitual: algo sobre Laplace, Mach e Ockham. In: *Uma ciência sobre “coisa” alguma: relações funcionais, comportamento e cultura* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 161-171. ISBN 978-85-7983-657-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# 7 UMA HIPERULTRAMEGAMAXIMETACONTINGÊNCIA COMO UNIDADE CONCEITUAL: ALGO SOBRE LAPLACE, MACH E OCKHAM

Vimos que o Behaviorismo Radical (filosofia de uma ciência) e a Análise do Comportamento (ciência) ensinam a formulação de leis empíricas que descrevam relações funcionais entre contexto ambiental, comportamento e conseqüências por este produzidas. Essa a síntese dos desígnios e dos fazeres essenciais da aproximação comportamentalista à explicação das ações dos organismos vivos no cenário do operante skinneriano. Adicionando a esse contexto o condicionamento respondente, teríamos o que Skinner e seus seguidores configurariam como uma explicação consistente de todo e qualquer episódio comportamental.

Se tais asserções fazem sentido, talvez possamos dirigir nossa atenção especificamente ao comportamento operante e, mais particularmente, ao que Skinner chamou de nível ontogenético e nível cultural de variação e seleção. Para além da evolução das espécies, na dimensão filogenética, o nível ontogenético diz respeito à instalação, manutenção e mudança de padrões comportamentais que ocorrem, de maneira estrita, durante o período de vida de um organismo. Skinner se refere aos comportamentos operantes instalados mediante seu proposto paradigma de contingência de três termos. O primeiro diz respeito ao contexto ambiental que antecede o comportamento, do qual fazem parte, por exemplo, estímulos discri-

minativos e operações estabelecedoras. O segundo termo refere-se ao próprio comportamento, especialmente concebido para fins de mensuração e manipulação empírica, como respostas examinadas enquanto classes funcionais, já que as consequências, ao incidirem especificamente sobre uma resposta, acabam por afetar, de maneira inexorável, uma classe delas. Finalmente, o terceiro termo também diz respeito ao ambiente, porém, mais precisamente, às mudanças nele ocorridas em decorrência do comportamento, as quais sobre ele retroagem, controlando sua probabilidade de ocorrência.

O paradigma da contingência de três termos (e não de contingência tríplice: onde estará a terceira?) não se restringe a algum tipo especial de comportamento. Por exemplo, não se destina, funcionalmente, apenas a comportamentos discretos que ocorrem sem mediação de outros organismos, em particular, de humanos, ou seja, aos comportamentos não sociais. A ideia de paradigma corresponde, nesse caso, à unidade conceitual (mínima, básica, essencial) que instrumentaliza a descrição das contingências, no sentido de descritores de relações entre comportamento e ambiente presentes em dada situação. Nesse sentido, não importa a complexidade da situação ou do seu conjunto, associada a um comportamento e suas consequências. A unidade conceitual de contingências se constitui sempre como descritora do particular arranjo entre esses três termos.

Na hipótese de uma relação discreta, individual, simples, exemplificada por um indivíduo girando a chave em uma porta, a qual em seguida se abre e permite a ele vislumbrar a paisagem de um jardim ou ver a figura de um saudoso amigo que agora o visita, a noção de contingência se aplica à identificação e descrição de relações entre organismo e ambiente, no caso, entre o girar da chave na porta (um comportamento) e as consequências possíveis (que podem ser numerosas) advindas desse comportamento. Já no nível cultural, será indubitavelmente necessária a adoção de outra unidade conceitual, como substitutiva à contingência, para que se proceda à análise relacional (funcional) em situações mais complexas?

Consideremos, arbitrariamente, que por complexidade entendemos um arranjo de contingências que implique: padrões com-

portamentais caracterizados como dependentes ou minimamente articulados com comportamentos de outros indivíduos (comportamento social, na definição skinneriana); consequências reforçadoras só possíveis na hipótese de haver tal entrelaçamento de comportamentos com determinada “configuração” de “ação grupal”. Em tais circunstâncias, surgirá a necessidade de adotar uma unidade de análise nova e especial para descrever as relações aí evidenciadas?

Nessa direção, uma iniciativa relevante foi proposta nos anos de 1980 por S. S. Glenn. Em um texto de 1986, a autora apresentou sua formulação<sup>1</sup> de unidade conceitual que utilizou como instrumento de análise da obra *Walden Two*, de Skinner (1948), a ferramenta que cunhou como metacontingência. Glenn escreve:

Muitos anos atrás, tentando descrever alguns elementos de nossa própria aproximação de *Walden Two*, no Centro para Estudos Comportamentais, trabalhei para estabelecer a distinção entre dois tipos de contingências que pareciam estar operando ali: 1) relações de contingência entre uma classe de respostas com uma consequência comum – contingências de reforçamento – e 2) relações de contingência entre uma classe de operantes e uma consequência cultural comum. Chamei esse segundo tipo de relações contingentes de metacontingências. (p.2)

Diversos foram os ajustes feitos pela autora e colaboradores, nos anos subsequentes, em relação à ideia central do conceito, com a inclusão da caracterização da presença de consequências de longo prazo e seu entrelaçamento como aspectos inerentes ao conceito. Além disso, a proposição dos conceitos subsidiários de produto agregado e sistema receptor completou a importante contribuição de um instrumental amparado em boa lógica para a análise de práticas

---

1 O conceito de metacontingência foi apresentado pela primeira vez pela autora em conferência ministrada na edição de 1985 da reunião anual da Association of Behavior Analysis em Columbia, Ohio.

culturais. O modelo se desenvolveu, e foram levados a cabo vários desdobramentos importantes, de início teóricos e, mais recentemente, mediante testes de funcionalidade conceitual com análogos experimentais. A rediscussão glenniana do aparato instrumental skinneriano muito tem contribuído para fazer avançar as reflexões e aplicações na área da Análise Comportamental da Cultura.

A nosso ver, o conceito de metacontingência não é um substituto para contingência, no sentido de que daria conta de parte das relações comportamento–ambiente que ocorram em outra dimensão fenomênica (nos termos de Skinner, 1950). Também não é uma unidade conceitual que se ocupe de um fenômeno diferente do comportamento individual, porque comportamento é sempre individual. O grupo, na acepção literal do termo, não se comporta, porque não é de forma alguma, propriamente, no sentido de manter relações com o ambiente e ser consequenciado, um organismo biológico. Entretanto, metacontingência é um instrumento conceitual importante, se tomado em consideração como um termo que designa um arranjo de contingências particularmente complexo no qual o comportamento dos indivíduos que formam o grupo precisa de um padrão frequencial, topográfico (uma configuração, em geral), de tal modo constituído que preencha os requisitos a que o coletivo está sujeito, de modo a produzir consequências ambientais que, a um só tempo, contribuam para a sobrevivência do indivíduo participante, do grupo enquanto conjunto de pessoas e da própria cultura que viabiliza tais consequências.

A metacontingência, nesses termos, é uma designação do que constitui uma forma tal de arranjo de contingências que permita consequências comuns aos componentes do grupo. Trata-se de um termo que sintetiza as variáveis presentes nesse arranjo típico e a modulação aí implicada de consequências que afetam todos do grupo.

Considerando, além disso, a ideia de três “níveis” de variação e seleção propostos por Skinner, é de notar que não se trata de instâncias em que processos para além ou para aquém do selecionismo contrastem. De modos operacionalmente distintos, nessas três instâncias está presente o corte selecionista: na dimensão filogené-

tica, mediante “ajustes” anatomofisiológico-comportamentais que decorrem de um transcurso longínquo de interações das espécies com o ambiente, sendo o resultado desse processo transmitido geneticamente às gerações subsequentes; na dimensão ontogenética, mediante interações particulares entre organismos e ambiente durante o transcurso da existência individual do organismo, mas sem transmissão observável de mudanças corporais que se conservem em repertórios comportamentais considerados como “reservatórios” experienciais de cada indivíduo; na dimensão cultural, mediante a transmissão dessa experiência ontogenética por meio de alterações no ambiente produzidas na trajetória ontogenética do indivíduo, constituindo o que designamos de transmissão cultural (por vezes, herança cultural), fato para o qual contribui sobejamente o comportamento verbal, no caso dos humanos.

Nos sentidos apresentados, não há que se estabelecer distinções de natureza entre os processos selecionistas ocorridos em cada “nível” enunciado por Skinner. As diferenças fundamentais estão nos processos de geração e transmissão de caracteres, comportamentos e práticas culturais. Tais processos corroboram a ideia central apresentada neste livro, de que a Análise do Comportamento é uma ciência que busca a explicação de ações no âmbito definitivamente relacional, para além, ou de maneira distinta, de uma explicação estrutural.

Nesse cenário, invariavelmente estaremos interessados no comportamento dos indivíduos. Ocorre que estes, em grande número de oportunidades, não apresentam comportamentos que possam ser meticulosamente separados, senão diretamente de consequências, de um ambiente comum a vários organismos, ainda que nem tudo que façamos se mostre imediatamente articulado com o comportamento de outros organismos. Essa individualidade relacional (entre organismo e partes específicas do ambiente que nos diz respeito pessoalmente) por vezes está ligada à nossa economia biológica (mastigar, engolir, salivar); por vezes, aos nossos cuidados com necessidades individuais (escovar os dentes, lavar as mãos, pentear-se, atividades que prescindem da participação direta de outrem,

lembrando que crianças e pessoas dependentes de ajuda excetuam essa condição); por vezes, quando estamos envolvidos com comportamentos privados (refletir, devanear, interpretar o sentido de uma frase num texto). É evidente que todos esses comportamentos possuem uma referência cultural, no sentido de que, por exemplo, escovar os dentes não apenas responde à consequência de mantê-los saudáveis, como, de resto, responde a uma demanda social que valoriza o bom hálito como pré-condição para o diálogo entre as pessoas. No entanto, não há evidência, em muitos casos, de que as “configurações” das consequências para tais comportamentos impliquem, no sentido skinneriano, a mediação por outro indivíduo, definição primeira do que seja comportamento “social” sob o olhar comportamentalista.

Em última análise, estão dadas as condições que distinguem o papel das consequências no comportamento dos indivíduos *qua* indivíduos do papel dos indivíduos enquanto membros da instância grupal, embora elas sejam sempre individuais, uma vez que, estritamente, não há que falar em comportamento “do grupo”. Na nossa compreensão, ambos os tipos de arranjos comportamentais respondem à lógica de seleção pelas consequências. Para ambos é possível manter a unidade mínima, paradigmática, para identificação de relações entre comportamento e ambiente: a contingência de três termos.

Nesse contexto, uma vez que o termo “metacontingência”, mais do que um substituto para “contingência”, é um descritor de um arranjo especial desta no âmbito das práticas culturais (implicando consequências particulares e compartilhadas pelo grupo), parece possível considerá-lo como um coletivo de comportamentos individuais arranjados sob uma configuração especial que demanda entrelaçamento.

Assim, diante dessa hipótese, poderíamos fazer avançar a possibilidade de utilizar terminologias cada vez mais abrangentes e complexas que expressem as relações que denominamos de práticas culturais. Considerando, por exemplo, a noção de agências de controle, tão bem descrita por Skinner (1953), seria possível pensar

que, nesse caso, o comportamento de muitas pessoas (controladores e controlados) poderia ser analisado sob uma ótica macrodimensionada, que considerasse as relações entre um ente chamado de agência (institucional) e outro chamado de população (como coletivo dos controlados). Nessa hipótese, ao se levar em conta que as relações interindividuais se reproduzem nos pequenos grupos e também nas relações entre Estado e grandes grupos, entre instâncias governantes e população de um município, Estado ou nação, seria apropriado mantermos um distanciamento cada vez maior em relação ao organismo individual e suas consequências e, nessa perspectiva, passarmos a descrever relações interinstitucionais, talvez aproximando também esse aspecto da Análise do Comportamento às proposições sobre estrutura, infraestrutura e superestrutura do materialismo de Marvin Harris (1989)?

Ainda na mesma direção conjectural, poderíamos avançar para uma generalização, no sentido de que arranjos mais complexos de comportamentos, nas suas relações com o ambiente, exigiriam instâncias ou níveis de análise superiores, na direção de que, embora compostas não de novos elementos, mas apenas de configurações mais sofisticadas, sugeririam, ainda assim, algo de outra natureza. Posta a reflexão, se poderia conjecturar se de fato precisaríamos, quanto mais complexas fossem as situações de entrelaçamento que encontrássemos, de novas e revistas unidades de análise.

Deparamos, com frequência, com a crítica de que a Análise do Comportamento é reducionista, ao dirigir o olhar analítico às unidades mínimas representadas por estímulos e respostas. Já explicitamos as dimensões alcançadas ou limitadas no contexto do argumento do reducionismo (Carrara, 2005). Em busca de maior precisão analítica, olhar para relações específicas de unidades relacionais mínimas (por exemplo, uma resposta e sua consequência mantenedora) não implica, necessariamente, abandonar a absoluta e pertinente necessidade de ter como objetivo último e finalmente analisar milhões de respostas no âmbito de suas classes ou no cenário de redes de relações. Essa a finalidade de uma análise completa e as perspectivas de sua síntese. Embora seja desnecessário reiterar



esse argumento, ele leva à questão que até aqui foi levantada: precisaremos, a cada nova instância (cada vez mais complexa) de relações entre organismos e seu ambiente, de nova unidade de análise? A resposta de Skinner (1953) é negativa. Senão, vejamos:

É sempre o indivíduo que se comporta, e que se comporta com o mesmo corpo, e de acordo com os mesmos processos usados em uma situação não social. [...] **O comportamento do indivíduo explica o fenômeno do grupo.** [...] Preocupamo-nos aqui simplesmente com a extensão em que uma análise do comportamento do indivíduo, que já recebeu substancial validação sob as condições favoráveis de uma ciência natural, pode contribuir para o entendimento dos fenômenos sociais. Aplicar nossa análise aos fenômenos do grupo é um modo excelente de testar sua adequação, e se formos capazes de explicar o comportamento de pessoas em grupos **sem usar nenhum termo novo ou sem pressupor nenhum novo processo ou princípio**, teremos demonstrado uma promissora simplicidade nos dados. [...] O comportamento social surge porque um organismo é importante para outro como parte de seu ambiente. (p.171-2; destaques nossos)

Externa ao comportamentalismo, uma crítica corrente, indiretamente associada à questão aqui tratada, diz respeito à inviabilidade metodológica da Análise do Comportamento como aproximação fiel aos assim designados “fenômenos sociais”.<sup>2</sup> O Behaviorismo Radical, ao fazer análise mediante a contingência de três termos (ou qualquer outra unidade de análise, mesmo a metacontingência ou a macrocontingência), estaria se aproximando da metodologia das ciências naturais e, com isso, ao atuar mediante a lógica indu-

---

2 As aspas justificam-se pelo fato de que Skinner define comportamento “social” mediante a descrição da existência de mediação entre o comportamento de um e de outros organismos. Não o faz por assumir uma qualidade inerente ou intrínseca à natureza dos organismos vivos (especialmente dos humanos), no sentido de que estes carreguem consigo alguma forma de “sociabilidade” natural da espécie.

tivista, generalizaria para situações complexas (que se constituiriam de natureza distinta) os resultados encontrados nas situações empíricas mínimas examinadas em suas pesquisas? Ocorre que tal análise seria realmente incompleta ao se servir dos dados da microrrealidade para uma análise da realidade social mais ampla. Mas há aqui uma confusão conceitual: especialmente uma boa Análise Comportamental da Cultura, ao adotar uma composição de comportamentos das pessoas em grupo como objeto de análise, não está procedendo mediante mera generalização dos resultados empíricos das relações do indivíduo com seu ambiente para a condição de relações entrelaçadas presentes na dimensão social.

As reflexões apresentadas restituem a Skinner a pertinência de seu esclarecimento (1953, p.171-2) de que nenhum conceito novo (e, concomitantemente, nenhum método “especial”) é necessário para a compreensão dos fenômenos sociais complexos, sejam eles os das relações diretas entre grupos de indivíduos, sejam aqueles permeados pelas instituições. Sem pretensão adicional, mas com caráter meramente metafórico e ilustrativo, é de considerar que não parece possível nem necessário encontrar uma unidade conceitual explicativa do que quer que seja uma “realidade social maior”, algo que justifique o equívoco metodológico segundo o qual olhar para o “todo” (ou a realidade social complexa) é a maneira de compreendê-la concretamente. Tal realidade não é uma “coisa em si”, assim como as partes que a comporiam. Compreendê-la não implica, naturalmente, “separá-la em pedaços que depois se juntam”. Todavia, descrever em pormenores não objetos, coisas ou estruturas físicas ou conceituais, mas as relações fundamentais entre variáveis que a compõem, contribui concretamente para a compreensão de uma variedade de fenômenos da natureza em geral, dos mais simples, talvez, aos mais complexos.

Ainda na dimensão metafórica, poderíamos nos iludir com a possibilidade de que alguma espécie de demônio de Laplace, incorporando-se ao cotidiano do pesquisador e tendo experimentado ele próprio todo tipo de relação entre variáveis, pudesse, dada a sua vasta experiência, compreender e explicar quaisquer fenômenos

sociais complexos a partir de tal exame globalizado. Não concretizada a missão dessa forma, talvez referido pesquisador cotejasse sua empreitada para encontrar um método “geral” de compreensão “ampla” da realidade com a afirmação de Ernst Mach de que “a natureza é simples”, no sentido de que o melhor que podemos fazer é buscar as estratégias mais econômicas, do ponto de vista de evitar circunlóquios avessos ao fazer científico, confortavelmente apoiadas na sua máxima segundo a qual “descrever é explicar”.

Os dilemas sobre o aspecto estratégico que mais bem conduza a uma boa decisão sobre como podemos nos aproximar de maneira adequada da descrição das relações funcionais complexas implicadas nas práticas culturais não parecem conduzir convincentemente a nenhum dos extremos, sejam eles reducionistas ou generalistas. Se aqueles criticados pela primeira pecha são ineficientes quando estacionam no âmbito das descrições das unidades mínimas de análise, não as transferindo para as redes de relações em que acontecem, aqueles que são criticados pela pretensão da viabilidade de um olhar generalista que avança para além do conhecimento seguro das bases funcionais dos fenômenos também revelam limitações fundadas no desconhecimento das funcionalidades específicas das variáveis componentes dos fenômenos complexos.

No contexto de uma análise parcimoniosa das vantagens e desvantagens da criação ou não de novas unidades conceituais para cada ponto do *continuum* de complexidades da Análise Comportamental da Cultura, se por um lado não resulta consistente contentar-se com uma análise que simplesmente reproduza as relações discretas do *Rattus novergicus albinus* nos estritos limites de uma câmara experimental, por outro não ultrapassaria a navalha de Ockam a ideia de uma “hiperultramegamaximetacontingência” ou outra unidade conceitual que pudesse aplicar-se às nossas (por vezes as mais legítimas) aspirações de planejamento cultural de uma sociedade completamente apoiada na noção de justiça social?

Serão sempre bem-vindas as reflexões construtivas sobre a questão da unidade de análise, mas parece que o melhor conselho sobre a trajetória que devemos trilhar – e que, por ora, parece a

única – é aquele do caminho agreste, porém contínuo e propositivo de delineamentos culturais para os temas mais próximos de nosso cotidiano. Dando voz a Glenn (1986):

Para aqueles de nós que encaram *Walden Two* como a Terra Prometida e o local onde estamos como em um Egito, precisamos lembrar que existe um caminho agreste entre os dois. A inclinação para partirmos e começarmos algo novo, em algum novo lugar, onde poderemos construir uma nova sociedade, nunca se concretiza; levamos conosco nossos velhos comportamentos e eles proveem contingências para o comportamento dos outros, em nosso novo ambiente. Podemos, portanto, começar aqui mesmo, no Egito, e lidar com a menor área possível, aquela com a qual temos contato contínuo e direto — nosso ambiente doméstico, nosso ambiente de trabalho, nossos projetos de lazer. Para nos ajudar em nossa rota através do caminho selvagem, sugiro que primeiro olhemos de perto para o nosso próprio comportamento. Somos capazes de separar os reforçadores tecnológicos dos reforçadores cerimoniais e virar as costas a estes últimos? O que podemos fazer para criar um ambiente de trabalho para os outros que os coloque em contato com reforçadores tecnológicos e minimize os efeitos de contingências cerimoniais? Ousamos dar afeição livremente e não a acumular para usá-la em troca de acesso ao controle cerimonial? Existe algum modo de organizarmos um sistema, mesmo que pequeno, no qual o comportamento de todos seja igualmente valorizado, no qual todos contribuam para o bem-estar do grupo, partilhando igualmente os produtos dos esforços do grupo? Em qualquer grau que consigamos atingir tais objetivos, estaremos progredindo pelo caminho agreste. Nós, os pouco afortunados, não faremos juntos a viagem, mas em nossos locais e momentos diferentes. Mas, graças aos modernos meios de comunicação, é possível nos beneficiarmos com o que outros aprendem ao fazer a viagem. Talvez sejamos capazes de utilizar os momentos em que nossos caminhos se cruzarem, para lembrarmos uns aos outros para o que exatamente estamos trabalhando. E nós precisamos começar. O tempo é curto. (p.8)